

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Heraldo*

Class.: 346

Data: 10.12.88

Pg.:

# Denunciada invasão da reserva indígena

O desmembramento de 526 mil hectares da reserva indígena dos Waimiri-Atroari, realizado inclusive através da alteração da cartografia da região, para beneficiar empresas mineradoras — ligadas ao grupo Paranapanema — com interesses na área, foi denunciado, ontem, por Stephen Baines, doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Em março deste ano, Stephen Baines defendeu uma tese intitulada "E a Funai que sabe: a frente de atração Waimiri-Atroari", desenvolvida ao longo dos sete anos em que presenciou a atuação da Fundação Nacional do Índio, Exército Brasileiro, empresas mineradoras e Eletrobrás na região do rio Uatumã, entre o município de Caracará e Manaus, na região norte do Estado do Amazonas, onde está localizada a área indígena dos Waimiri-Atroari.

O pesquisador disse que a invasão por parte da empresa Paranapanema foi iniciada, oficialmente, durante a década de 70, após um relatório elaborado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que através de levantamentos no local constatou a existência de concentrações estaníferas na região da bacia do Uatumã, distribuídas em depósitos aluvionares.

O relatório foi publicado sob o nome de "Projeto Sulfetos do Uatumã", na mesma época em que o projeto Radam-Brasil, com verbas do Plano

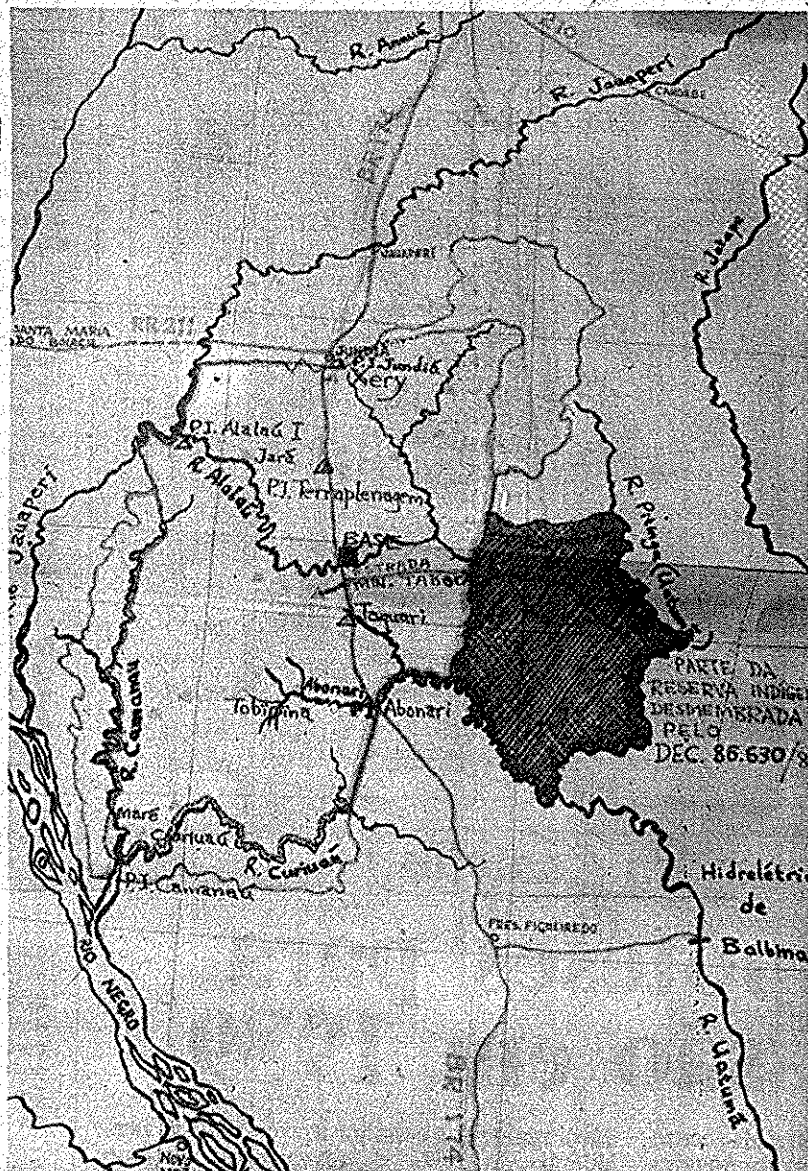


Baines: adulteração

de Integração Nacional e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), realizava o levantamento cartográfico de toda a região amazônica. Stephen Baines denunciou que a empresa Timbó Indústria de Mineração Ltda, do grupo Paranapanema, conseguiu alvarás para a pesquisa de cassiterita no vale do Uatumã, apesar das informações fornecidas pela Funai ao DNPM de que a área requisitada ocupava 80% da reserva indígena.

Não há índios

O DNPM chegou a intimar a Paranapanema, através de um comunicado publicado no dia 2 de abril de 1980, no Diário Oficial da União, a apresentar sua defesa no processo de nulidade dos alvarás que concedera, mas em ofício dirigido ao DNPM a direção da empresa comunicou que os trabalhos de pesquisa, iniciados em 1979, já estavam bastante adiantados. A Funai mandou para a área alguns funcionários que, após sobrevoarem a região por dois dias, emitiram um re-



Os mapas foram alterados, segundo o técnico, para permitir o desmembramento

latório onde declaravam que "não foi constatada a presença de índios no limite nordeste da reserva Waimiri-Atroari". Além de terem sobrevoado o local, os funcionários da Funai alegaram, ainda, que o fato foi corroborado pelo diretor da base de atração da Funai na área, Giuseppe Cravero, que teria assegurado a eles não ter conhecimento da existência de índios Waimiri-Atroari no local de interesse da empresa mineradora.

De acordo com o pesquisador, a Funai e o DNPM utilizaram esse relatório como justificativa para o desmembramento da área leste da reserva, onde a empresa já estava atuando, e o Radam-Brasil, juntamente com a Aerofoto Cruzeiro, alteraram os mapas da região, "modificando o nome e o perfil do Uatumã para que os alvarás pudessem ser concedidos". As empresas alegavam erros nas coordenadas previstas pelo Decreto 68.907, de 13 de julho de 1971, que estabeleceu a área da reserva indígena, "para justificar a adulteração". Segundo o pesquisador, em todos os mapas, inclusive na Grande Enciclopédia da Amazônia e no Dicionário Histórico e Geográfico Brasileiro, o igarapé Santo Antônio do Abonari desembocava no rio Uatumã, na altura das coordenadas geográficas determinadas pelo decreto que criou a reserva — 59 graus e 45' W e 1 grau e 30' S.

Mapas alterados

Os mapas de Radam-Brasil, se-

gundo disse Stephen Baines, empurraram a foz do igarapé para 75 quilômetros de sua plotação inicial. Desta forma, o rio Uatumã, que constitui o limite leste da reserva, perdeu seu nome e passou a se chamar rio Pitinga. A Aerofoto Cruzeiro alegou que as coordenadas previstas no decreto governamental de criação da reserva encontram-se no igarapé da Serra, afluente do rio Pitinga, e utilizou este argumento para propor a revisão dos limites.

Stephen Baines denuncia, entretanto, que todas essas alterações cartográficas foram realizadas com a intenção de liberar a área indígena que já havia sido invadida pela empresa mineradora. O intento, de acordo com ele, foi alcançado a partir de 1981, quando o coronel Cláudio Paganno de Melo, diretor da Divisão Geral de Patrimônio Indígena (DGPI), enviou um ofício à direção do DNPM comunicando que o Ministério do Interior havia resolvido interditar a área para fins de atração e pacificação de grupos indígenas.

Através do decreto presidencial de 23 de novembro de 1981, a reserva indígena foi desfeita e a área pleiteada pela Paranapanema interdita aos garimpeiros, assegurando os interesses da empresa mineradora. O pesquisador argumenta que o decreto presidencial, apesar de baseado na exposição de motivos do ministro do

Interior, "contraria toda a legislação indigenista, pois retira o status jurídico da reserva Waimiri-Atroari e a transforma em área temporariamente interdita". Ainda segundo Stephen Baines, as investidas da empresa, entretanto, continuaram. Em janeiro de 1982, funcionários da Funai descobriram uma picada às proximidades do Km 250 da BR-174, além de um campo de pouso para helicópteros a cerca de 30 quilômetros da rodovia. Os funcionários apreenderam, também, provisões alimentares escondidas na floresta.

Submissão

A empresa já havia solicitado uma concessão especial para que pudesse construir uma estrada exclusiva, que atravessaria a área indígena remanescente do primeiro desmembramento. Apesar dos pareceres contrários apresentados por diversos funcionários da Funai em Brasília, o pedido foi atendido pelo então presidente da Funai, Paulo Moreira Leal, e a estrada pôde ser construída, entre o Km 250 da BR-174 e a mina de Pitinga. O acesso à estrada passou a ser controlado por funcionários armados de uma empresa particular, mesmo a área estando sob a jurisdição e responsabilidade da Funai. O pesquisador alega que esse fato é um exemplo de que "as decisões finais a respeito da ocupação da área sempre eram tomadas a partir dos altos escalões do governo federal, que submeteu a política protecionista da Funai aos interesses econômicos das empresas mineradoras".

Essa política de submissão aos interesses da empresa mineradora, conforme o pesquisador, foi amplamente reforçada entre os Waimiri-Atroari pelos funcionários da Funai. Isso se dava em troca de pequenos favores prestados pela empresa aos funcionários, como concessão de atendimento médico, alimentação, assistência técnica, combustíveis, transporte e outras vantagens, o que também levava os Waimiri-Atroari a adotarem o mesmo comportamento. A presença da empresa entre os indígenas também foi bastante reforçada através da intermediação do Exército. O pesquisador contou que em 1983, atendendo a uma solicitação do Comandante Militar da Amazônia, a Paranapanema construiu o centro educacional General Euclides de Oliveira Figueiredo, inaugurado em 6 de janeiro de 1984, com a presença de representantes da mineradora, da Funai e do Exército.

A nomeação de capitães entre os índios, segundo o pesquisador, foi uma das formas encontradas pela Funai para sedentarizá-los e intervir em suas tradições e costumes, modificando-os de acordo com os interesses das empresas mineradoras. Essa prática se dava através da remoção constante dos indígenas dentro da área da reserva, aplicação de práticas econômicas incompatíveis com suas tradições e costumes — fabricação de artesanato, plantação de roças e coleta de castanha —, imposição de horários de trabalho, exploração da mão-de-obra indígena e patrocínio de uma política de favorecimentos pessoais. Stephen Baines disse que a intervenção do governo federal, no sentido de impedir a expansão das mineradoras nas áreas indígenas, representa a única possibilidade de sobrevivência para os cerca de 350 Waimiri-Atroari que ainda vivem na reserva.